



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

SOLICITAÇÃO Nº 2026/1098

DATA: 31 DE MARÇO DE 2026

HORA: 08 HORAS E 30 MINUTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM PARALELEPÍPEDO DE BASALTO E BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, COM ALINHAMENTO DE MEIO-FIO E CONERTO DE PASSEIO PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME: SERVIÇO ESPORÁDICO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PARTICIPAÇÃO: GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O **MUNICÍPIO DE GARIBALDI**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia e hora acima descritos, realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, através do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Garibaldi, RS, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, Centro, ou pelo telefone (54) 3462-8228, ou ainda através do e-mail: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br.

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO ELETRÔNICO deverão efetuar os procedimentos junto ao sítio eletrônico, conforme determinado neste edital.

1- DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de repavimentação e manutenção de vias públicas pavimentadas em paralelepípedo de basalto e blocos intertravados de concreto, incluindo alinhamento e reassentamento de meio-fio, conserto de passeio público em basalto e reconstrução de muro de pedra, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ATÉ	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ATÉ
01	PARALELEPÍPEDOS EM BASALTO. COMPLEMENTO: COMPRIMENTO DE 17 A 20 CM, LARGURA DE 17 A 20 CM, ALTURA DE 14 A 17 CM	M²	1.200	R\$ 101,65	R\$ 121.980,00
02	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO. COMPLEMENTO: MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/ PARALELEPIP EDO, *20 X 10* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	100	R\$ 74,75	R\$ 7.475,00
03	PÓ DE PEDRA. COMPLEMENTO: (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	1.746	R\$ 104,26	R\$ 182.037,96
04	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO. COMPLEMENTO:	M	400	R\$ 42,52	R\$ 17.008,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	PREMOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)				
05	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE BLOCOS 16 FACES PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 8 CM, EM VIA/ESTACIONAMENTO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS 16 FACES - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M ²	1.000	R\$ 37,00	R\$ 37.000,00
06	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	134	R\$ 11,49	R\$ 1.539,66
07	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ xk m	1.098	R\$ 3,32	R\$ 3.645,36
08	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS - INCLUSO RETIRADA, COLOCAÇÃO DO MATERIAL	M ²	12.000	R\$ 48,19	R\$ 578.280,00
09	COMPACTAÇÃO. COMPLEMENTO: DOS PARALELEPÍPEDOS COM ROLO LISO	M ²	12.000	R\$ 20,20	R\$ 242.400,00
10	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	1.612	R\$ 11,49	R\$ 18.521,88
11	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M ³	13.219	R\$ 3,32	R\$ 43.887,08
12	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PASSEIO DE BASALTO, ASSENTADO SOBRE CAMADA (8CM) DE PÓ DE PEDRA COM CIMENTO (1:8), REJUNTADO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	400	R\$ 99,72	R\$ 39.888,00
13	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO DIRECIONAL OU ALERTA, 25CM x 25CM x 2,5CM, SOBRE ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	50	R\$ 214,12	R\$ 10.706,00
14	RECONSTRUÇÃO. COMPLEMENTO: DE MURO DE PEDRA	M ²	100	R\$ 428,41	R\$ 42.841,00
15	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE MEIO-FIO DE BASALTO OU CONCRETO	M ²	4.000	R\$ 24,65	R\$ 98.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 1.445.809,94					

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse desta Administração, desde que observados os limites legais, a vantajosidade para o interesse público e a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

1.3. Os serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, de natureza continuada sob demanda, executados mediante ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

1.4. O escopo geral compreende, entre outras atividades:

- a)** Retirada e reassentamento de paralelepípedos com reaproveitamento do material existente;
- b)** Rejuntamento com pó de pedra e compactação mecânica;
- c)** Reassentamento de blocos intertravados;
- d)** Remoção e reassentamento de meio-fio de basalto ou concreto;
- e)** Remoção e reassentamento de passeio público em basalto;
- f)** Reconstrução de muro de pedra basáltica;
- g)** Carga, transporte e movimentação de materiais;
- h)** Fornecimento complementar de insumos quando necessário.

1.4. Os serviços serão executados por equipes técnicas da contratada, compostas por profissionais habilitados e equipamentos adequados, devendo atender às especificações técnicas constantes na planilha orçamentária e composições baseadas no SINAPI.

1.5. A execução dos serviços deverá observar padrões técnicos compatíveis com a natureza da obra, assegurando qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.

1.6. Os serviços deverão atender às especificações constantes na planilha orçamentária elaborada com base no SINAPI, ao memorial descritivo e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como observar as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho.

1.7. A contratada será responsável pela adequada sinalização das áreas em intervenção, pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados e pela entrega dos trechos executados em condições seguras de uso.

1.8. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses quanto à qualidade da execução, contados do recebimento definitivo.

1.9. A emissão de ordem de início dos serviços marcará o início da execução contratual, a partir da qual a contratada deverá atender às solicitações encaminhadas pela fiscalização.

1.10. Os prazos para atendimento das demandas serão definidos pela fiscalização conforme a complexidade e extensão de cada intervenção.

1.11. Os serviços serão executados em diversas ruas do Município de Garibaldi/RS, em locais a serem indicados pela Administração ao longo da execução contratual. A execução ocorrerá exclusivamente no local da intervenção, não havendo nenhuma atividade remota.

1.12. Quanto ao horário, a execução deverá ocorrer preferencialmente em horário diurno, em consonância com as condições operacionais, segurança do trabalho e orientação da fiscalização, podendo haver ajustes conforme necessidade de tráfego e logística local.

1.13. A contratada deverá mobilizar, por sua conta e risco, toda a equipe, equipamentos, ferramentas, materiais e estrutura necessários para a execução, incluindo deslocamento até os locais indicados, sinalização, proteção e organização da área de intervenção.

1.14. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, com conferência dos quantitativos executados. As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme os itens e unidades constantes na planilha orçamentária e anexos técnicos, servindo de base para o processamento do pagamento.

1.15. ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa deve comunicar ao fiscal do contrato o nome de um funcionário para fazer o gerenciamento da obra, receber as demandas e orientar tecnicamente os trabalhadores para execução do objeto;

b) A contratada terá o prazo de 5 dias úteis contados da comunicação do serviço para iniciar o reparo. Não cumprido o serviço dentro do prazo, a empresa sujeita-se as penalidades contratuais. Conforme aumento da demanda de serviços no município, a empresa deverá executar no mínimo duas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

ou três frentes de obra (reparos em dois ou três locais/bairros ao mesmo tempo).

c) A contratada deverá fazer relatório com todos os serviços executados no mês (modelo anexo), com data de início e fim, com localização, bairro, metragem executada, fotos com data de antes e depois do serviço e a justificativa do reparo (conserto de drenagem, reparos na pista etc). Esse relatório deverá ser entregue no formato.XLM (Excel). O pagamento dos serviços executados será mensalmente.

d) A empresa vencedora deverá cumprir as normas trabalhistas e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

1.16 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA

1.16.1. RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS

a) Retirada do paralelepípedo com retroescavadeira ou manual no local a ser pavimentado e verificar a capacidade de suporte do subleito. Caso necessário, remover o solo inservível.

b) O assentamento dos paralelepípedos deverá ser sobre colchão de pó de pedra de espessura de 10 cm, respeitando o abaulamento da pista existente. Caso seja necessária a reposição de pedras, a contratada deverá fornecer e transportar até o local da repavimentação. O rejuntamento dos paralelepípedos deverá ser com pó de pedra, esparramando uma camada máxima de 2,00 cm de espessura sobre o calçamento, sendo preenchido por meio de vassoura ou rodo. Por fim, em trechos com largura inferior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação dos paralelepípedos por meio de placa vibratória. Para trechos com largura superior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação por meio de rolo vibratório liso. Após a compactação, é realizado um novo lançamento de pó de pedra e remoção dos excessos. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços.

c) O valor contratado engloba os esforços para remoção dos paralelepípedos, a preparação do colchão de pó de pedra, 10,00% de reposição de paralelepípedos devido a perdas, reassentamento, rejuntamento e compactação.

d) O item pó de brita será medido em metros cúbicos (m³) compactados.

e) Considerando que a aquisição do material é realizada em toneladas de material solto, fica adotado o coeficiente de conversão de 1,60 t/m³. Assim, as toneladas apresentadas serão convertidas para metros cúbicos (m³) utilizando o coeficiente adotado. Para fins de comprovação e pagamento, a contratada deverá apresentar as respectivas notas fiscais de aquisição do material.

1.16.2. REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO

a) O valor contratado engloba os esforços de retirada, abertura de vala, realinhamento dos meios-fios de concreto ou basalto e o fornecimento de argamassa em cimento e areia para rejuntamento.

1.16.3. RECONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

a) Nos trechos em que os muros de pedra basáltica apresentarem danos decorrentes de colisões de veículos ou desprendimento de partes das faces, deverão ser removidas as pedras com possibilidade de reaproveitamento.

b) Após a retirada das partes danificadas, os muros serão reconstruídos em ambas as faces, mantendo as características originais, com reaproveitamento das pedras. O assentamento será executado com argamassa de cimento e areia média, no traço 1:6, devendo, após a secagem, ser removidos os excessos de argamassa.

c) O valor do serviço engloba a remoção, a reposição de pedras, a recolocação das pedras reaproveitadas, bem como o fornecimento e aplicação da argamassa. Os locais de intervenção serão definidos pela administração.

1.16.4. REASSENTAMENTO DE PASSEIO EM BASALTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

a) Retirar as pedras existentes, limpar a superfície de aplicação com vassoura, aplicar a camada de pó de pedra com cimento de 8 cm e assentar o piso de pedra, sempre checando o alinhamento existente. O traço da argamassa de rejuntamento é 1:3 (cimento e areia média). O valor contratado engloba os esforços de retirada, limpeza, assentamento das pedras e o fornecimento de argamassa em cimento/areia para assentamento e rejuntamento.

1.17. A fiscalização será realizada de forma presencial, diretamente nos locais de intervenção, cabendo ao fiscal verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo. Compete ao fiscal acompanhar a execução, conferir os quantitativos executados, avaliar a qualidade técnica, registrar ocorrências, emitir notificações quando necessário e atestar as medições para fins de pagamento.

1.18. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

1.19. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

1.20. A qualidade dos serviços será verificada por meio da análise do nivelamento do pavimento, compactação adequada, correto rejuntamento, alinhamento dos meios-fios, conformidade com o abaulamento existente, limpeza da área e observância das normas de segurança.

1.21. Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

1.22. A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

1.23. Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

2 – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL

2.1. O edital será publicado, no sítio eletrônico, no máximo, até o dia 12 de março de 2026;

2.2. A data e hora limite para recebimento de propostas nos termos exigidos no edital é 31 de março de 2026, às 08h29min;

2.3. A abertura das propostas ocorrerá no dia 31 de março de 2026, às 08h30min;

2.4. A disputa terá início no dia 31 de março de 2026, às 09h;

2.5. O endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br;

2.6. Sítio eletrônico da sessão: www.pregaobanrisul.com.br.

2.7. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3 – DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá buscar

Rua Júlio de Castilhos, 254 – Centro – Garibaldi-RS CEP: 95720-000
Cx. Postal 21 - Fone: 3462-8200 – Fax: 3462-8228 – www.garibaldi.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

informações a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br, e pelo telefone (51) 3288-1160.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital, devendo:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. As informações acerca do andamento do processo licitatório serão encaminhadas pela Pregoeira, via chat, ficando a cargo do licitante a responsabilidade pelo acompanhamento.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

f) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.4.1. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 3.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "g" e "i" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.4.4. O disposto nas alíneas "g" e "i" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.5. A participação de pessoa jurídica em consórcio no presente processo licitatório fica condicionada ao atendimento dos requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da presente licitação, desde que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado.

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4 – DO MODO DE DISPUTA

4.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item **8**.

4.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez) minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.2.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.3. Encerrado o prazo do item **4.2**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.4. Encerrada a recepção dos lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

4.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

4.6. Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.garibaldi.rs.gov.br.

4.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Os documentos de habilitação serão solicitados pelo pregoeiro ao vencedor, concedendo prazo de 02 (duas) horas para que sejam anexados no sistema após a finalização da etapa dos lances e após inserção e ajustes da proposta final.

5.3. O licitante deverá declarar, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

5.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital, mediante apresentação de **declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, firmada pelo responsável legal e contador ou técnico contábil, com o receptivo CRC, e com data não superior a 60 (sessenta) dias da data da licitação.**

5.3.2.1. Em substituição ao documento supramencionado, poderá ser apresentada **Certidão Simplificada, que comprove o enquadramento da Licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, emitida pela Junta Comercial do Estado de sede da Licitante, certificada digitalmente e com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da licitação.**

5.3.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

OBSERVAÇÃO 01: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei 147/2014, deverá assinalar em campo próprio do Sistema Pregão Eletrônico Banrisul quando da inclusão das propostas no sistema.

5.4. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5.5. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.5.1. DECLARAÇÕES (MODELO DO ANEXO II):

- a)** Declaração de Idoneidade;
- b)** Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;
- c)** Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.
- d)** Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- e)** Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- f)** Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

e para reabilitado da Previdência Social.

h) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Indicação do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;

c) Registro Comercial no caso de empresa individual.

5.5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), com data de emissão de até 12 (doze) meses a data de abertura do certame;

b) Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (**Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**).

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede ou domicílio do Licitante.

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) e seguridade social.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

g) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.5.3.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no subitem **5.5.3.** deste edital, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

5.5.3.2. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.5.3.3. O prazo de que trata o item **5.5.3.1.** poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.5.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item **5.5.3.1**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade em vigor.

a.1) Caso a certidão não possua prazo de validade, será considerada vigente aquela com até 90 dias de emissão, a contar da data de expedição.

5.5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão por meio de 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro em nome do profissional técnico de nível superior, pelo qual tenha sido contratado para a execução de obra similar ao objeto do presente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

certame e se tratar de obra já concluída. Não será permitida a soma de atestados, portanto, os quantitativos de serviços deverão ser atendidos por um único atestado, que deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente, em conformidade com o artigo 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/21.

a.1) No atestado deverá constar discriminadamente os serviços componentes da obra, em particular as parcelas de maior relevância conforme tabela:

Item	Atividade/Serviço	Quant. mínima
1	Execução de pavimentação em paralelepípedo	6.000,00 m ²

b) Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, da relação explícita dos equipamentos mínimos necessários para a execução das obras desta licitação:

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Retroescavadeira	1
Rolo compactador liso	1
Placa vibratória	1

b.1) Observação: Na apresentação da relação acima exigida, deverá ser informada a localização e operacionalidade desses equipamentos, declarando que os mesmos se encontram em operação e em condições de atender aos requisitos técnicos da obra.

c) Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, com a relação mínima de 4 calceteiros, 1 servente e 1 operador de máquina.

d) A licitante deverá comprovar que o referido profissional detentor do atestado técnico, pertence ao seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes. Em se tratando de empregado, através de cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou Contrato particular de prestação de serviços em vigor, ou Termo de Compromisso e, no caso de sócio da empresa, será confirmado através do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social apresentado.

d.1) O Responsável Técnico deverá ser o profissional detentor do Atestado de Capacidade Técnica apresentado.

e) Certidão de registro do responsável, ligado ao objeto da presente Licitação, no CREA ou CAU, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA-RS (Resolução nº 266/97, art. 4º, CONFEA).

f) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com prazo de validade em vigor.

5.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.7. A documentação deverá ser apresentada na sua forma original ou por cópia autenticada, com exceção da documentação eletrônica, que possui autenticação do site oficial.

5.7.1. As empresas licitantes deverão se atentar para apresentação dos documentos correspondentes à proposta financeira e à habilitação, OBRIGATORIAMENTE, em seus RESPECTIVOS CAMPOS E NOS PRAZOS ESPECÍFICOS estabelecidos nas convocações realizadas pelo(a) Agente de Contratação. Ressalta-se que NÃO SERÃO ACEITOS documentos de habilitação anexados conjuntamente com a proposta financeira, inicial ou atualizada, **SOB PENA DE IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.**

5.8. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

5.9. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

5.10. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6- DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em **sessenta** (60) dias, deverá ser registrada no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo III**. Também deverá conter:

- a) Razão social da empresa;
- b) Preço unitário e total do item, até duas casas após a vírgula, em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, as quais correrão por conta da licitante vencedora.
- c) Informação de marca/modelo ofertada que deverá ser observada na entrega, **se for o caso**.
- d) Informação do fabricante do produto, **se for o caso**.
- e) Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com a especificação do Termo de Referência;
- f) Indicação do prazo de garantia do produto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, **se for o caso**.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como, com preços superestimados ou inexequíveis, ou superiores ao estimado pela Administração.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, exceto em caso de erro grosseiro, questão que será avaliada pelo pregoeiro.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. As empresas licitantes deverão se atentar para apresentação dos documentos correspondentes à proposta financeira e à habilitação, OBRIGATORIAMENTE, em seus RESPECTIVOS CAMPOS E NOS PRAZOS ESPECÍFICOS estabelecidos nas convocações realizadas pelo(a) Agente de Contratação. Ressalta-se que NÃO SERÃO ACEITOS documentos de habilitação anexados conjuntamente com a proposta financeira, inicial ou atualizada, **SOB PENA DE IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.**

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

conforme item **3.3.** deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

- a)** Contiver vícios insanáveis;
- b)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.2.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.2.2. No caso de bens e serviços em geral, a Administração considerará indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, facultando ao Pregoeiro diligenciar, conforme item 8.3.

8.2.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.5. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.7. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

do sistema eletrônico.

8.8. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.9.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.9.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.9.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 01 (um) minuto, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será determinado previamente via sistema.

8.12. Na licitação para registro de preços não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

8.13. Somente serão considerados válidos os lances dos licitantes que forem inseridos na "sala de disputa", não sendo considerados outros meios, tais como chat do sistema, e-mail, etc.

9 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias da referida Lei.

9.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase da proposta e encerrados os lances.

9.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item **9.1.1** deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

9.3. Se não houver licitante que atenda ao item 9.2. e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 4.172, de 1º de setembro de 2023;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10 – NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será encerrada após transcorridos 15 (quinze) minutos da sua abertura, exceto se as partes entrarem em acordo antes desse período.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.5. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por decisão do pregoeiro, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.6. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

10.7. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.7.1. A critério do pregoeiro, o prazo supramencionado, poderá ser prorrogado, uma única vez, em até 120 (cento e vinte) minutos;

11 – DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, caso entenda necessário, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.3. Os documentos de habilitação, de que trata o item 5.5, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.3.1. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

11.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.8. Caso a licitação dependa da verificação da Planilha de Custos, a sessão será suspensa para análise pela secretaria competente para, após, ser adjudicada.

11.8.1. Nesse caso, a empresa vencedora, declarada na fase dos lances, deverá apresentar ao pregoeiro, em até 48 horas contados da realização do certame, uma planilha de custos detalhada, conforme modelo em anexo, com todos os valores unitários e total. A planilha será encaminhada para a Secretaria competente para análise dos valores e o certame ficará suspenso para posterior adjudicação.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 10 (dez) minutos, encerrado este prazo automaticamente pelo sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação motivada do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2.1. O recurso deverá versar sobre:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação.

12.2.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item **12.2.1** do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.5. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

12.6. A impugnação ao edital de licitação deve ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.6.1. A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, o qual servirá como protocolo oficial.

12.6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão encaminhadas para o endereço eletrônico da impugnante e divulgadas no sítio eletrônico da Administração.

12.7. Os recursos, impugnações e contrarrazões interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. A licitante poderá encaminhar pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

13 – DO ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. O licitante vencedor receberá o termo de contrato ou o instrumento equivalente, preferencialmente via digital, para assinatura imediata, devendo devolver o documento no prazo máximo de 07 dias úteis do recebimento, podendo este prazo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. Expirado o prazo sem assinatura, será facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 14.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

14.6. A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

14.7. A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o Termo de Referência, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

14.8. A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

14.9. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.10. A gestão do presente contrato ou instrumento equivalente será feita pelo servidor MIGUEL BONADIMAN, matrícula 5.335, tendo como obrigação:

- a) conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa;
- b) acompanhar a publicação tempestiva do extrato do contrato;
- c) conferir a existência de designação de fiscal para o contrato celebrado pela Administração;
- d) controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação;
- e) adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação.
- f) receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando-os para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade;
- g) deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;
- h) examinar, periodicamente, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual se persistir o descumprimento, observados ampla defesa e o contraditório;
- i) manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;
- j) executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

14.11. O fiscal do presente contrato ou documento equivalente será o servidor JULIANO ABI PICCOLI, matrícula 5.358, tendo como obrigação:

- a) conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;
- c) juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;
- d) registrar todas as ocorrências durante a execução do contrato, solicitando ao Departamento Jurídico a notificação por escrito do contratado, que deverá conter determinação para saneamento das faltas ou defeitos observados em prazo a ser estipulado de acordo com o caso concreto;
- e) fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;
- f) conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;
- g) dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;
- h) dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e
- i) executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

14.12. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.13. DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO/REPACTUAÇÃO

14.13.1. No vencimento do contrato os preços poderão ser reajustados, se for o caso, até o índice do IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, respeitado o interregno de um ano para concessão.

14.13.2. A contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, mediante solicitação à Administração Municipal, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

14.13.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

14.13.4. O pedido de reequilíbrio somente será analisado pela Administração Pública após a inequívoca comprovação da ocorrência do fato gerador que ensejou o alegado desequilíbrio no fluxo financeiro da Contratada.

14.13.5. Considerando-se que o equilíbrio exigido na relação contratual envolve uma contraposição entre encargos e vantagens, não serão concedidos reequilíbrios que ensejem impacto irrisório ao Contratante.

14.13.6. A base de cálculo do reajuste anual será o valor da proposta financeira apresentada, com o acréscimo, se houver, de eventuais correções inflacionárias decorrentes do decurso de prazo contratual, sendo descontada a porcentagem dos reequilíbrios concedidos durante a contratação.

14.13.7. Poderá haver repactuação sempre que houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

14.13.8. O pedido de repactuação deve solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE;

14.13.9. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

14.13.10. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

14.13.10.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

14.13.10.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

14.13.10.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

14.13.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

14.13.12. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

14.13.13. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

14.13.14. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

14.13.14.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

14.13.14.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa); e

14.13.14.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

14.13.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

14.13.16. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento ou termo aditivo.

OBSERVAÇÃO: o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será, preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

15 – DOS PRAZOS

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1. A data base para contagem dos prazos contratuais será definida a partir da homologação da licitação e estará registrada no contrato firmado entre as partes.

15.2. A aceitação do objeto somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, pela fiscalização do(s) contrato(s), ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em parte ou integralmente, em tempo hábil, sempre que ocorrerem falhas.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da respectiva nota fiscal no setor de empenhos, desde que haja a devida comprovação da prestação dos serviços, atestada pelo fiscal, conforme Calendário de Pagamentos a Fornecedores, correndo a despesa na:

ÓRGÃO: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

U.O.: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

26.782.0069.2096.0000 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS

3.3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (1531)

3.3.3.90.39.21.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS (153121)

16.2. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada, ou através de boleto de cobrança bancária.

a) Quando a cobrança ocorrer por boleto, o mesmo somente poderá ser emitido com código de barra padrão FEBRABAN com vencimento apresentação.

16.3. Caso o objeto do certame seja passível de retenção de imposto, conforme IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/09, a contratada ficará sujeita à aplicação desta.

16.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.5. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base no percentual acumulado do IPCA, referente aos últimos 12 meses apurados.

16.6. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

16.7. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

16.8. Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

16.9. A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

16.10. Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

17 – DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) Executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização;

b) Mobilizar, por sua exclusiva responsabilidade, todos os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, transporte e mão de obra necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe até os locais indicados pela Administração;

c) Manter equipe técnica qualificada e em número suficiente para atender à demanda, observando as exigências trabalhistas e previdenciárias vigentes;

d) Cumprir integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-06, garantindo o fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

e) Manter todos os trabalhadores devidamente uniformizados, com vestimenta padronizada para trabalho externo, contendo identificação da empresa;

f) Providenciar, às suas expensas, toda a sinalização necessária no local da intervenção, incluindo cones, cavaletes, iluminação, isolamento e demais dispositivos de segurança;

g) Caso a execução do serviço ultrapasse um dia, instalar obrigatoriamente tela de sinalização do tipo cerquite, na cor laranja, ao longo da área de intervenção;

h) Instalar placa no local da obra contendo nome da empresa e telefone para contato;

i) Assumir integral responsabilidade por acidentes, danos a terceiros, danos ao patrimônio público ou privado e quaisquer prejuízos decorrentes da execução dos serviços;

j) Entregar os trechos executados devidamente limpos, livres de entulho e resíduos provenientes da obra;

k) Apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, contendo datas de início e término, localização, bairro, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois, em formato eletrônico editável (Excel);

l) Refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, defeitos ou patologias identificadas pela fiscalização, dentro do prazo estipulado pela Administração;

k) Apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, contendo datas de início e término, localização, bairro, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois, em formato eletrônico editável (Excel);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

l) Refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, defeitos ou patologias identificadas pela fiscalização, dentro do prazo estipulado pela Administração;

17.2. DO MUNICÍPIO:

a) Designar formalmente o fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e atesto da execução dos serviços;

b) Emitir as ordens de serviço com a indicação dos locais, extensão estimada e demais orientações necessárias à execução;

c) Disponibilizar acesso aos locais de intervenção, garantindo que a contratada possa executar os serviços conforme solicitado;

d) Prestar à contratada as informações técnicas e administrativas necessárias ao fiel cumprimento do objeto;

e) Acompanhar a execução dos serviços, conferindo os quantitativos executados e verificando a conformidade com as especificações técnicas;

f) Analisar e aprovar os relatórios mensais apresentados pela contratada;

g) Realizar as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização;

h) Efetuar o pagamento conforme as medições aprovadas, observados os prazos contratuais;

i) Notificar a contratada, formalmente, em caso de irregularidades ou descumprimento contratual, para que promova as correções necessárias;

j) Fornecer, quando necessário, informações sobre interferências existentes nas vias públicas, tais como redes de drenagem, água ou demais estruturas urbanas.

k) A Contratante não fornecerá mão de obra, equipamentos ou materiais para execução dos serviços, sendo tais responsabilidades integralmente da contratada.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

m) Não assinar a ata de registro de preços, **se for o caso.**

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa, a ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.

c) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "l" e m do item 18.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c do item 18.2, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) multa de 2% sobre o valor total do contrato, além das penalidades já utilizadas e previstas na legislação, em caso de descumprimento de normas trabalhistas.

f) No caso da alínea "n", suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado.

18.2.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.3. A sanção estabelecida na alínea "d" do item 18.2 será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal;

18.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.5. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.6. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.7.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.7.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.9. Sobrevindo aplicação de nova penalidade no curso do período das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 deste edital, será somado ao período remanescente o fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

18.9.1. Na soma envolvendo sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

com a Administração Pública Municipal.

18.9.2. Para o cálculo da soma contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no item 18.10.1 deste edital, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

18.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** Pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.10.1. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante e ao contratado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas ao Setor de Licitações, sito na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, pelo telefone (54) 3462-8228 ou através do e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame.

19.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

19.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

19.4. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor do Município, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados e de sua validade, pela Administração.

19.5. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

19.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.7. A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

19.8. Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.10. Este edital está à disposição dos interessados no horário das 8 horas às 11 horas e 30 minutos e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Garibaldi, na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, telefone (54) 3462-8228, ou, no site www.garibaldi.rs.gov.br.

19.11. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO IV - MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

19.12. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Garibaldi, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Garibaldi, 26 de fevereiro de 2026.

MIGUEL BONADIMAN

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

VANDA BORTOLINI

Departamento de Compras e Licitações

Com exceção do "objeto", sobre o qual está Assessoria Jurídica não possui conhecimento técnico para se manifestar, este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria.

RIDAN COSER VILLA – OAB/RS 132.546

Assessor Jurídico
Procuradoria Geral do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O I – MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO Nº ____/2026

CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da Identidade: _____ CPF: _____

E-mail: _____

EMPRESA CREDENCIADORA

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF: _____ Inscrição Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº __, promovida pelo Município de Garibaldi, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 4.765/2023, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, ofertar lances, protestar, ingressar com manifestação de recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

_____ de ____ de _____.

NOME DO RESPONSÁVEL EMPRESA CREDENCIADORA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO Nº ____/2026

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ/MF/Nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº ____, que a Empresa por mim apresentada:

() não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

() não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

() está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

() apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

() não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL: _____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA:

NOME:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº ____/2026

PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa _____
Endereço _____
CNPJ/MF/Nº _____ Insc. Estadual: _____
Fone/Fax _____ e-mail: _____
Data da abertura: **31 DE MARÇO DE 2026** Horário: **08 horas e 30 minutos**
Conta Bancária para depósito para pagamento em caso de ser vencedor:
Banco _____ Nº Agência _____ Nº Conta nº _____
Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, apresentando a seguinte proposta financeira, para fornecimento do seguinte serviço:

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de repavimentação e manutenção de vias públicas pavimentadas em paralelepípedo de basalto e blocos intertravados de concreto, incluindo alinhamento e reassentamento de meio-fio, conserto de passeio público em basalto e reconstrução de muro de pedra, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ATÉ	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ATÉ
01	PARALELEPÍEDOS EM BASALTO. COMPLEMENTO: COMPRIMENTO DE 17 A 20 CM, LARGURA DE 17 A 20 CM, ALTURA DE 14 A 17 CM	M²	1.200		
02	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO. COMPLEMENTO: MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/ PARALELEPIPEDO, *20 X 10* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	100		
03	PÓ DE PEDRA. COMPLEMENTO: (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	1.746		
04	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO. COMPLEMENTO: PREMOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M	400		
05	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE BLOCOS 16 FACES PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 8 CM, EM VIA/ESTACIONAMENTO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS 16 FACES - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M²	1.000		
06	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M³). AF_07/2020	M³	134		
07	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE.	m³xk	1.098		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m			
08	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS - INCLUSO RETIRADA, COLOCAÇÃO DO MATERIAL	M ²	12.000		
09	COMPACTAÇÃO. COMPLEMENTO: DOS PARALELEPÍPEDOS COM ROLO LISO	M ²	12.000		
10	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	1.612		
11	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M ³	13.219		
12	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PASSEIO DE BASALTO, ASSENTADO SOBRE CAMADA (8CM) DE PÓ DE PEDRA COM CIMENTO (1:8), REJUNTADO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	400		
13	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO DIRECIONAL OU ALERTA, 25CM x 25CM x 2,5CM, SOBRE ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	50		
14	RECONSTRUÇÃO. COMPLEMENTO: DE MURO DE PEDRA	M ²	100		
15	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE MEIO-FIO DE BASALTO OU CONCRETO	M ²	4.000		
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse desta Administração, desde que observados os limites legais, a vantajosidade para o interesse público e a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

1.3. Os serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, de natureza continuada sob demanda, executados mediante ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

1.4. O escopo geral compreende, entre outras atividades:

a) Retirada e reassentamento de paralelepípedos com reaproveitamento do material existente;

b) Rejuntamento com pó de pedra e compactação mecânica;

c) Reassentamento de blocos intertravados;

d) Remoção e reassentamento de meio-fio de basalto ou concreto;

e) Remoção e reassentamento de passeio público em basalto;

f) Reconstrução de muro de pedra basáltica;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- g) Carga, transporte e movimentação de materiais;
- h) Fornecimento complementar de insumos quando necessário.

1.4. Os serviços serão executados por equipes técnicas da contratada, compostas por profissionais habilitados e equipamentos adequados, devendo atender às especificações técnicas constantes na planilha orçamentária e composições baseadas no SINAPI.

1.5. A execução dos serviços deverá observar padrões técnicos compatíveis com a natureza da obra, assegurando qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.

1.6. Os serviços deverão atender às especificações constantes na planilha orçamentária elaborada com base no SINAPI, ao memorial descritivo e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como observar as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho.

1.7. A contratada será responsável pela adequada sinalização das áreas em intervenção, pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados e pela entrega dos trechos executados em condições seguras de uso.

1.8. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses quanto à qualidade da execução, contados do recebimento definitivo.

1.9. A emissão de ordem de início dos serviços marcará o início da execução contratual, a partir da qual a contratada deverá atender às solicitações encaminhadas pela fiscalização.

1.10. Os prazos para atendimento das demandas serão definidos pela fiscalização conforme a complexidade e extensão de cada intervenção.

1.11. Os serviços serão executados em diversas ruas do Município de Garibaldi/RS, em locais a serem indicados pela Administração ao longo da execução contratual. A execução ocorrerá exclusivamente no local da intervenção, não havendo nenhuma atividade remota.

1.12. Quanto ao horário, a execução deverá ocorrer preferencialmente em horário diurno, em consonância com as condições operacionais, segurança do trabalho e orientação da fiscalização, podendo haver ajustes conforme necessidade de tráfego e logística local.

1.13. A contratada deverá mobilizar, por sua conta e risco, toda a equipe, equipamentos, ferramentas, materiais e estrutura necessários para a execução, incluindo deslocamento até os locais indicados, sinalização, proteção e organização da área de intervenção.

1.14. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, com conferência dos quantitativos executados. As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme os itens e unidades constantes na planilha orçamentária e anexos técnicos, servindo de base para o processamento do pagamento.

1.15. ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa deve comunicar ao fiscal do contrato o nome de um funcionário para fazer o gerenciamento da obra, receber as demandas e orientar tecnicamente os trabalhadores para execução do objeto;

b) A contratada terá o prazo de 5 dias úteis contados da comunicação do serviço para iniciar o reparo. Não cumprido o serviço dentro do prazo, a empresa sujeita-se as penalidades contratuais. Conforme aumento da demanda de serviços no município, a empresa deverá executar no mínimo duas ou três frentes de obra (reparos em dois ou três locais/bairros ao mesmo tempo).

c) A contratada deverá fazer relatório com todos os serviços executados no mês (modelo anexo), com data de início e fim, com localização, bairro, metragem executada, fotos com data de antes e depois do serviço e a justificativa do reparo (conserto de drenagem, reparos na pista etc). Esse relatório deverá ser entregue no formato.XLM (Excel). O pagamento dos serviços executados será mensalmente.

d) A empresa vencedora deverá cumprir as normas trabalhistas e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

1.16 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA

Rua Júlio de Castilhos, 254 – Centro – Garibaldi-RS CEP: 95720-000
Cx. Postal 21 - Fone: 3462-8200 – Fax: 3462-8228 – www.garibaldi.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

1.16.1. RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS

a) Retirada do paralelepípedo com retroescavadeira ou manual no local a ser pavimentado e verificar a capacidade de suporte do subleito. Caso necessário, remover o solo inservível.

b) O assentamento dos paralelepípedos deverá ser sobre colchão de pó de pedra de espessura de 10 cm, respeitando o abaulamento da pista existente. Caso seja necessária a reposição de pedras, a contratada deverá fornecer e transportar até o local da repavimentação. O rejuntamento dos paralelepípedos deverá ser com pó de pedra, esparramando uma camada máxima de 2,00 cm de espessura sobre o calçamento, sendo preenchido por meio de vassoura ou rodo. Por fim, em trechos com largura inferior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação dos paralelepípedos por meio de placa vibratória. Para trechos com largura superior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação por meio de rolo vibratório liso. Após a compactação, é realizado um novo lançamento de pó de pedra e remoção dos excessos. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços.

c) O valor contratado engloba os esforços para remoção dos paralelepípedos, a preparação do colchão de pó de pedra, 10,00% de reposição de paralelepípedos devido a perdas, reassentamento, rejuntamento e compactação.

d) O item pó de brita será medido em metros cúbicos (m³) compactados.

e) Considerando que a aquisição do material é realizada em toneladas de material solto, fica adotado o coeficiente de conversão de 1,60 t/m³. Assim, as toneladas apresentadas serão convertidas para metros cúbicos (m³) utilizando o coeficiente adotado. Para fins de comprovação e pagamento, a contratada deverá apresentar as respectivas notas fiscais de aquisição do material.

1.16.2. REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO

a) O valor contratado engloba os esforços de retirada, abertura de vala, realinhamento dos meios-fios de concreto ou basalto e o fornecimento de argamassa em cimento e areia para rejuntamento.

1.16.3. RECONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

a) Nos trechos em que os muros de pedra basáltica apresentarem danos decorrentes de colisões de veículos ou desprendimento de partes das faces, deverão ser removidas as pedras com possibilidade de reaproveitamento.

b) Após a retirada das partes danificadas, os muros serão reconstruídos em ambas as faces, mantendo as características originais, com reaproveitamento das pedras. O assentamento será executado com argamassa de cimento e areia média, no traço 1:6, devendo, após a secagem, ser removidos os excessos de argamassa.

c) O valor do serviço engloba a remoção, a reposição de pedras, a recolocação das pedras reaproveitadas, bem como o fornecimento e aplicação da argamassa. Os locais de intervenção serão definidos pela administração.

1.16.4. REASSENTAMENTO DE PASSEIO EM BASALTO

a) Retirar as pedras existentes, limpar a superfície de aplicação com vassoura, aplicar a camada de pó de pedra com cimento de 8 cm e assentar o piso de pedra, sempre checando o alinhamento existente. O traço da argamassa de rejuntamento é 1:3 (cimento e areia média). O valor contratado engloba os esforços de retirada, limpeza, assentamento das pedras e o fornecimento de argamassa em cimento/areia para assentamento e rejuntamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

1.17. A fiscalização será realizada de forma presencial, diretamente nos locais de intervenção, cabendo ao fiscal verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo. Compete ao fiscal acompanhar a execução, conferir os quantitativos executados, avaliar a qualidade técnica, registrar ocorrências, emitir notificações quando necessário e atestar as medições para fins de pagamento.

1.18. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

1.19. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

1.20. A qualidade dos serviços será verificada por meio da análise do nivelamento do pavimento, compactação adequada, correto rejuntamento, alinhamento dos meios-fios, conformidade com o abaulamento existente, limpeza da área e observância das normas de segurança.

1.21. Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

1.22. A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

1.23. Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

O município de Garibaldi é optante de assinaturas digitais e deve atender as especificações contidas no Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Caso a empresa seja optante de assinatura digital, favor informar o responsável legal, CPF e-mail para envio da documentação:

Nome: _____ CPF: _____ E-mail: _____

Validade da Proposta: 60 dias

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura: _____

Nome do Responsável: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O IV - MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº ____/2026

O presente termo trata-se de uma minuta podendo ocorrer alterações quando de sua formalização, desde que não afetem cláusulas péticas do edital, cabendo ao contratante sua conferência por ocasião da assinatura.

Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS**, sito na Rua Júlio de Castilhos, 254, inscrito no CNPJ nº 88.594.999/0001-95, através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, representada neste ato pelo Secretário MIGUEL BONADIMAN, nomeado pela portaria nº xxx/xxxx e portadora da matrícula funcional nº xxxx, doravante denominada CONTRATANTE e, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua, nº, Bairro, no município de, RS, CEP:, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato devidamente representada por sua responsável legal XXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa, a seguir denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, oriundo do Processo de Licitação por Pregão Eletrônico nº 024/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de repavimentação e manutenção de vias públicas pavimentadas em paralelepípedo de basalto e blocos intertravados de concreto, incluindo alinhamento e reassentamento de meio-fio, conserto de passeio público em basalto e reconstrução de muro de pedra, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026.

LOTE ÚNICO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ATÉ
01	PARALELEPÍPEDOS EM BASALTO. COMPLEMENTO: COMPRIMENTO DE 17 A 20 CM, LARGURA DE 17 A 20 CM, ALTURA DE 14 A 17 CM	M²	1.200
02	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO. COMPLEMENTO: MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPÍPEDO, *20 X 10* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M²	100
03	PÓ DE PEDRA. COMPLEMENTO: (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M³	1.746
04	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO. COMPLEMENTO: PREMOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M	400
05	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE BLOCOS 16 FACES PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 8 CM, EM VIA/ESTACIONAMENTO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS 16 FACES - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M²	1.000
06	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ	M³	134



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

	CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020		
07	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ xkm	1.098
08	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS - INCLUSO RETIRADA, COLOCAÇÃO DO MATERIAL	M ²	12.000
09	COMPACTAÇÃO. COMPLEMENTO: DOS PARALELEPÍPEDOS COM ROLO LISO	M ²	12.000
10	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	1.612
11	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M ³	13.219
12	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PASSEIO DE BASALTO, ASSENTADO SOBRE CAMADA (8CM) DE PÓ DE PEDRA COM CIMENTO (1:8), REJUNTADO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	400
13	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO DIRECIONAL OU ALERTA, 25CM x 25CM x 2,5CM, SOBRE ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	50
14	RECONSTRUÇÃO. COMPLEMENTO: DE MURO DE PEDRA	M ²	100
15	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE MEIO-FIO DE BASALTO OU CONCRETO	M ²	4.000

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, mediante manifestação de interesse desta Administração, desde que observados os limites legais, a vantajosidade para o interesse público e a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

1.3. Os serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, de natureza continuada sob demanda, executados mediante ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

1.4. O escopo geral compreende, entre outras atividades:

- a)** Retirada e reassentamento de paralelepípedos com reaproveitamento do material existente;
- b)** Rejuntamento com pó de pedra e compactação mecânica;
- c)** Reassentamento de blocos intertravados;
- d)** Remoção e reassentamento de meio-fio de basalto ou concreto;
- e)** Remoção e reassentamento de passeio público em basalto;
- f)** Reconstrução de muro de pedra basáltica;
- g)** Carga, transporte e movimentação de materiais;
- h)** Fornecimento complementar de insumos quando necessário.

1.4. Os serviços serão executados por equipes técnicas da contratada, compostas por profissionais habilitados e equipamentos adequados, devendo atender às especificações técnicas constantes na planilha orçamentária e composições baseadas no SINAPI.

1.5. A execução dos serviços deverá observar padrões técnicos compatíveis com a natureza da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

obra, assegurando qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.

1.6. Os serviços deverão atender às especificações constantes na planilha orçamentária elaborada com base no SINAPI, ao memorial descritivo e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como observar as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho.

1.7. A contratada será responsável pela adequada sinalização das áreas em intervenção, pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados e pela entrega dos trechos executados em condições seguras de uso.

1.8. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses quanto à qualidade da execução, contados do recebimento definitivo.

1.9. A emissão de ordem de início dos serviços marcará o início da execução contratual, a partir da qual a contratada deverá atender às solicitações encaminhadas pela fiscalização.

1.10. Os prazos para atendimento das demandas serão definidos pela fiscalização conforme a complexidade e extensão de cada intervenção.

1.11. Os serviços serão executados em diversas ruas do Município de Garibaldi/RS, em locais a serem indicados pela Administração ao longo da execução contratual. A execução ocorrerá exclusivamente no local da intervenção, não havendo nenhuma atividade remota.

1.12. Quanto ao horário, a execução deverá ocorrer preferencialmente em horário diurno, em consonância com as condições operacionais, segurança do trabalho e orientação da fiscalização, podendo haver ajustes conforme necessidade de tráfego e logística local.

1.13. A contratada deverá mobilizar, por sua conta e risco, toda a equipe, equipamentos, ferramentas, materiais e estruturas necessários para a execução, incluindo deslocamento até os locais indicados, sinalização, proteção e organização da área de intervenção.

1.14. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, com conferência dos quantitativos executados. As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme os itens e unidades constantes na planilha orçamentária e anexos técnicos, servindo de base para o processamento do pagamento.

1.15. ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa deve comunicar ao fiscal do contrato o nome de um funcionário para fazer o gerenciamento da obra, receber as demandas e orientar tecnicamente os trabalhadores para execução do objeto;

b) A contratada terá o prazo de 5 dias úteis contados da comunicação do serviço para iniciar o reparo. Não cumprido o serviço dentro do prazo, a empresa sujeita-se as penalidades contratuais. Conforme aumento da demanda de serviços no município, a empresa deverá executar no mínimo duas ou três frentes de obra (reparos em dois ou três locais/bairros ao mesmo tempo).

c) A contratada deverá fazer relatório com todos os serviços executados no mês (modelo anexo), com data de início e fim, com localização, bairro, metragem executada, fotos com data de antes e depois do serviço e a justificativa do reparo (conserto de drenagem, reparos na pista etc). Esse relatório deverá ser entregue no formato.XLM (Excel). O pagamento dos serviços executados será mensalmente.

d) A empresa vencedora deverá cumprir as normas trabalhistas e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

1.16 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA

1.16.1. RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDOS

a) Retirada do paralelepípedo com retroescavadeira ou manual no local a ser pavimentado e verificar a capacidade de suporte do subleito. Caso necessário, remover o solo inservível.

b) O assentamento dos paralelepípedos deverá ser sobre colchão de pó de pedra de espessura de 10 cm, respeitando o abaulamento da pista existente. Caso seja necessária a reposição de pedras, a contratada deverá fornecer e transportar até o local da repavimentação. O rejuntamento dos paralelepípedos deverá ser com pó de pedra, esparramando uma camada máxima de 2,00 cm de espessura sobre o calçamento, sendo preenchido por meio de vassoura ou rodo. Por fim, em trechos com largura inferior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação dos paralelepípedos por meio de placa vibratória. Para trechos com largura superior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação por meio de rolo vibratório liso. Após a compactação, é realizado um novo lançamento de pó de pedra e remoção dos excessos. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços

Rua Júlio de Castilhos, 254 – Centro – Garibaldi-RS CEP: 95720-000

Cx. Postal 21 - Fone: 3462-8200 – Fax: 3462-8228 – www.garibaldi.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços.

c) O valor contratado engloba os esforços para remoção dos paralelepípedos, a preparação do colchão de pó de pedra, 10,00% de reposição de paralelepípedos devido a perdas, reassentamento, rejuntamento e compactação.

d) O item pó de brita será medido em metros cúbicos (m³) compactados.

e) Considerando que a aquisição do material é realizada em toneladas de material solto, fica adotado o coeficiente de conversão de 1,60 t/m³. Assim, as toneladas apresentadas serão convertidas para metros cúbicos (m³) utilizando o coeficiente adotado. Para fins de comprovação e pagamento, a contratada deverá apresentar as respectivas notas fiscais de aquisição do material.

1.16.2. REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO

a) O valor contratado engloba os esforços de retirada, abertura de vala, realinhamento dos meios-fios de concreto ou basalto e o fornecimento de argamassa em cimento e areia para rejuntamento.

1.16.3. RECONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

a) Nos trechos em que os muros de pedra basáltica apresentarem danos decorrentes de colisões de veículos ou desprendimento de partes das faces, deverão ser removidas as pedras com possibilidade de reaproveitamento.

b) Após a retirada das partes danificadas, os muros serão reconstruídos em ambas as faces, mantendo as características originais, com reaproveitamento das pedras. O assentamento será executado com argamassa de cimento e areia média, no traço 1:6, devendo, após a secagem, ser removidos os excessos de argamassa.

c) O valor do serviço engloba a remoção, a reposição de pedras, a recolocação das pedras reaproveitadas, bem como o fornecimento e aplicação da argamassa. Os locais de intervenção serão definidos pela administração.

1.16.4. REASSENTAMENTO DE PASSEIO EM BASALTO

a) Retirar as pedras existentes, limpar a superfície de aplicação com vassoura, aplicar a camada de pó de pedra com cimento de 8 cm e assentar o piso de pedra, sempre checando o alinhamento existente. O traço da argamassa de rejuntamento é 1:3 (cimento e areia média). O valor contratado engloba os esforços de retirada, limpeza, assentamento das pedras e o fornecimento de argamassa em cimento/areia para assentamento e rejuntamento.

1.17. A fiscalização será realizada de forma presencial, diretamente nos locais de intervenção, cabendo ao fiscal verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo. Compete ao fiscal acompanhar a execução, conferir os quantitativos executados, avaliar a qualidade técnica, registrar ocorrências, emitir notificações quando necessário e atestar as medições para fins de pagamento.

1.18. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

1.19. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

1.20. A qualidade dos serviços será verificada por meio da análise do nivelamento do pavimento, compactação adequada, correto rejuntamento, alinhamento dos meios-fios, conformidade com o abaulamento existente, limpeza da área e observância das normas de segurança.

1.21. Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

1.22. A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

1.23. Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pelo lote o valor total de R\$..... (), conforme especificação dos objetos a seguir:

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ATÉ	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ATÉ
01	PARALELEPÍPEDOS EM BASALTO. COMPLEMENTO: COMPRIMENTO DE 17 A 20 CM, LARGURA DE 17 A 20 CM, ALTURA DE 14 A 17 CM	M ²	1.200		
02	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO. COMPLEMENTO: MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PA RALELEPIP EDO, *20 X 10* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA, COR NATURAL	M ²	100		
03	PÓ DE PEDRA. COMPLEMENTO: (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	M ³	1.746		
04	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO. COMPLEMENTO: PREMOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M	400		
05	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE BLOCOS 16 FACES PARA PISO INTERTRAVADO, ESPESSURA DE 8 CM, EM VIA/ESTACIONAMENTO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS 16 FACES - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M ²	1.000		
06	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	134		
07	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ xkm	1.098		
08	REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM PÓ DE PEDRA, COM REAPROVEITAMENTO DOS PARALELEPÍPEDOS - INCLUSO RETIRADA, COLOCAÇÃO DO MATERIAL	M ²	12.000		
09	COMPACTAÇÃO. COMPLEMENTO: DOS PARALELEPÍPEDOS COM ROLO LISO	M ²	12.000		
10	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	1.612		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

11	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES. COMPLEMENTO: DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M ³	13.219		
12	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PASSEIO DE BASALTO, ASSENTADO SOBRE CAMADA (8CM) DE PÓ DE PEDRA COM CIMENTO (1:8), REJUNTADO COM ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	400		
13	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO DIRECIONAL OU ALERTA, 25CM x 25CM x 2,5CM, SOBRE ARGAMASSA 1:3 (CIMENTO E AREIA)	M ²	50		
14	RECONSTRUCAO. COMPLEMENTO: DE MURO DE PEDRA	M ²	100		
15	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO. COMPLEMENTO: DE MEIO-FIO DE BASALTO OU CONCRETO	M ²	4.000		
VALOR TOTAL DO LOTE R\$					

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da respectiva nota fiscal no setor de empenhos, desde que haja a devida comprovação da prestação dos serviços, atestada pelo fiscal, conforme Calendário de Pagamentos a Fornecedores, correndo a despesa na:

ÓRGÃO: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
U.O.: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
26.782.0069.2096.0000 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS
3.3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (1531)
3.3.3.90.39.21.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS (153121)

2.3. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada, ou através de boleto de cobrança bancária.

a) Quando a cobrança ocorrer por boleto, o mesmo somente poderá ser emitido com código de barra padrão FEBRABAN com vencimento apresentação.

2.4. Caso o objeto do certame seja passível de retenção de imposto, conforme IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/09, a contratada ficará sujeita à aplicação desta.

2.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

2.6. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base no percentual acumulado do IPCA, referente aos últimos 12 meses apurados.

2.7. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

2.8. A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

2.9. Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

2.10. A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

2.11. Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VENCIMENTO DO CONTRATO, DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A data base para contagem dos prazos contratuais será definida a partir da homologação da licitação e estará registrada no contrato firmado entre as partes.

3.2. O licitante vencedor receberá o termo de contrato ou o instrumento equivalente, preferencialmente via digital, para assinatura imediata, devendo devolver o documento no prazo máximo de 07 dias úteis do recebimento, podendo este prazo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

3.3. Expirado o prazo sem assinatura, será facultado à Administração, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

3.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 3.2. deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

3.7. A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

3.8. A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o Termo de Referência, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

3.9. A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

3.10. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

3.11. A gestão do presente contrato ou instrumento equivalente será feita pelo servidor MIGUEL BONADIMAN, matrícula 5.335, tendo como obrigação:

- a) conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa;
- b) acompanhar a publicação tempestiva do extrato do contrato;
- c) conferir a existência de designação de fiscal para o contrato celebrado pela Administração;
- d) controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação;
- e) adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação.
- f) receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando-os para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

g) deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;

h) examinar, periodicamente, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual se persistir o descumprimento, observados ampla defesa e o contraditório;

i) manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;

j) executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

3.12. O fiscal do presente contrato ou documento equivalente será o servidor JULIANO ABI PICCOLI, matrícula 5.358, tendo como obrigação:

a) conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;

b) acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

c) juntar documentos, registrar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;

d) registrar todas as ocorrências durante a execução do contrato, solicitando ao Departamento Jurídico a notificação por escrito do contratado, que deverá conter determinação para saneamento das faltas ou defeitos observados em prazo a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

e) fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;

f) conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;

g) dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;

h) dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver previsão expressa na portaria de designação; e

i) executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

3.13. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.14. DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO/REPACTUAÇÃO

3.14.1. No vencimento do contrato os preços poderão ser reajustados, se for o caso, até o índice do IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, respeitado o interregno de um ano para concessão.

3.14.2. A contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, mediante solicitação à Administração Municipal, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

3.14.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3.14.4. O pedido de reequilíbrio somente será analisado pela Administração Pública após a inequívoca comprovação da ocorrência do fato gerador que ensejou o alegado desequilíbrio no fluxo financeiro da Contratada.

3.14.5. Considerando-se que o equilíbrio exigido na relação contratual envolve uma contraposição entre encargos e vantagens, não serão concedidos reequilíbrios que ensejam impacto irrisório ao Contratante.

3.14.6. A base de cálculo do reajuste anual será o valor da proposta financeira apresentada, com o acréscimo, se houver, de eventuais correções inflacionárias decorrentes do decurso de prazo contratual, sendo descontada a porcentagem dos reequilíbrios concedidos durante a contratação.

3.14.7. Poderá haver repactuação sempre que houver regime de dedicação exclusiva de mão de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI**

obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

3.14.8. O pedido de repactuação deve solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE;

3.14.9. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

3.14.10. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

3.14.10.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

3.14.10.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

3.14.10.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

3.14.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

3.14.12. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

3.14.13. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

3.14.14. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

3.14.14.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

3.14.14.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa); e

3.14.14.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

3.14.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

3.14.16. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento ou termo aditivo.

OBSERVAÇÃO: o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será, preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A data base para contagem dos prazos contratuais será definida a partir da homologação da licitação e estará registrada no contrato firmado entre as partes.

4.2. A aceitação do objeto somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, pela fiscalização do(s) contrato(s), ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em parte ou integralmente, em tempo hábil, sempre que ocorrerem falhas.

4.3. O objeto da presente licitação será recebido:

Rua Júlio de Castilhos, 254 – Centro – Garibaldi-RS CEP: 95720-000

Cx. Postal 21 - Fone: 3462-8200 – Fax: 3462-8228 – www.garibaldi.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

4.3.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.3.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e especificações do mesmo.

4.3.3. Serão rejeitados, por ocasião do recebimento definitivo, o objeto fornecido com as especificações diferentes das contidas no objeto e das informações na proposta.

4.4. Constatadas irregularidades quanto à especificação do objeto, o Município poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição (através de notificação, que poderá ser procedida por e-mail) ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a licitante deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, **em prazo a ser definido na notificação**, mantido o preço inicialmente contratado, sob o risco de sofrer as penalidades constantes neste edital.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pela perfeita execução do objeto, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

4.6. Será indicada a retenção no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

4.6.1. não produzir os resultados acordados,

4.6.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

4.6.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do contrato, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) Executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização;

b) Mobilizar, por sua exclusiva responsabilidade, todos os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, transporte e mão de obra necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe até os locais indicados pela Administração;

c) Manter equipe técnica qualificada e em número suficiente para atender à demanda, observando as exigências trabalhistas e previdenciárias vigentes;

d) Cumprir integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-06, garantindo o fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

e) Manter todos os trabalhadores devidamente uniformizados, com vestimenta padronizada para trabalho externo, contendo identificação da empresa;

f) Providenciar, às suas expensas, toda a sinalização necessária no local da intervenção, incluindo cones, cavaletes, iluminação, isolamento e demais dispositivos de segurança;

g) Caso a execução do serviço ultrapasse um dia, instalar obrigatoriamente tela de sinalização do tipo cerquite, na cor laranja, ao longo da área de intervenção;

h) Instalar placa no local da obra contendo nome da empresa e telefone para contato;

i) Assumir integral responsabilidade por acidentes, danos a terceiros, danos ao patrimônio público ou privado e quaisquer prejuízos decorrentes da execução dos serviços;

j) Entregar os trechos executados devidamente limpos, livres de entulho e resíduos provenientes da obra;

k) Apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, contendo datas de início e término, localização, bairro, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois, em formato eletrônico editável (Excel);

l) Refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, defeitos ou patologias identificadas pela fiscalização, dentro do prazo estipulado pela Administração;

k) Apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, contendo datas de início e término, localização, bairro, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois, em formato eletrônico editável (Excel);

l) Refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, defeitos ou patologias identificadas pela fiscalização, dentro do prazo estipulado pela Administração;

5.2. DO MUNICÍPIO:

a) Designar formalmente o fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e atesto da execução dos serviços;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

- b)** Emitir as ordens de serviço com a indicação dos locais, extensão estimada e demais orientações necessárias à execução;
- c)** Disponibilizar acesso aos locais de intervenção, garantindo que a contratada possa executar os serviços conforme solicitado;
- d)** Prestar à contratada as informações técnicas e administrativas necessárias ao fiel cumprimento do objeto;
- e)** Acompanhar a execução dos serviços, conferindo os quantitativos executados e verificando a conformidade com as especificações técnicas;
- f)** Analisar e aprovar os relatórios mensais apresentados pela contratada;
- g)** Realizar as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização;
- h)** Efetuar o pagamento conforme as medições aprovadas, observados os prazos contratuais;
- i)** Notificar a contratada, formalmente, em caso de irregularidades ou descumprimento contratual, para que promova as correções necessárias;
- j)** Fornecer, quando necessário, informações sobre interferências existentes nas vias públicas, tais como redes de drenagem, água ou demais estruturas urbanas.
- k)** A Contratante não fornecerá mão de obra, equipamentos ou materiais para execução dos serviços, sendo tais responsabilidades integralmente da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal JULIANO ABI PICCOLI, matrícula 5.358.
- 6.6.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

- 7.1.** O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato independente de interpelação ou de procedimento judicial:
 - 7.1.1.** no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do contrato.
 - 7.1.2.** se a CONTRATADA transferir o contrato ou sua execução no todo ou em parte sem prévia autorização do CONTRATANTE.
 - 7.1.3.** se a CONTRATADA falir, entrar em concordata / recuperação judicial, em liquidação ou dissolução, e ainda alteração em sua estrutura social, que impossibilite ou prejudique a execução dos serviços.
 - 7.1.4.** O descumprimento de qualquer encargo trabalhista com os funcionários contratados pela Contratada. Será também aplicada advertência, multa de 10% do valor do contrato e poderá ser suspensa de participar em licitações com esta administração.
 - 7.1.5.** A CONTRATADA poderá rescindir o contrato quando o CONTRATANTE não efetuar os pagamentos que lhe são devidos no prazo de 60 (sessenta) dias.
 - 7.1.6.** O contrato poderá ser rescindido, ainda, por acordo mútuo, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços devidamente executados.
 - 7.1.7.** Em caso de inadimplemento contratual, por qualquer das partes, que resulte em rescisão contratual, estarão ambas as partes sujeitas às consequências da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

8.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- 8.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas cláusula sétima deste contrato as seguintes sanções:

- 8.2.1.** Advertência;
- 8.2.2.** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- 8.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.6. A aplicação das sanções previstas deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8.8. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- 8.10.1.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 8.10.2.** Pagamento da multa;
- 8.10.3.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- 8.10.4.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

8.10.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Para dirimir quaisquer divergências oriundas do presente contrato, casos omissos ou fortuitos, as partes contratantes elegem o foro da Comarca de GARIBALDI/RS, renunciando a qualquer outro.

9.2. E por estarem acordadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Garibaldi/RS, XX de XX de 2026.

Município de Garibaldi/RS
Sérgio Chesini

Contratada
CNPJ

Ass. jurídica

Fiscal

Este contrato foi examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.

RIDAN COSER VILLA – OAB/RS 132.546
Assessor Jurídico/Procuradoria Geral do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O V – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº ____/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA: MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REPAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM PARALELEPÍPEDO DE BASALTO E BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO, COM ALINHAMENTO DE MEIO-FIO E CONserto DE PASSEIO PÚBLICO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de repavimentação e manutenção de vias públicas pavimentadas em paralelepípedo de basalto e blocos intertravados de concreto, incluindo alinhamento e reassentamento de meio-fio, conserto de passeio público em basalto e reconstrução de muro de pedra, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos constantes neste instrumento e seus anexos.

Os serviços caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, de natureza continuada sob demanda, executados mediante ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

O escopo geral compreende, entre outras atividades:

- Retirada e reassentamento de paralelepípedos com reaproveitamento do material existente;
- Rejuntamento com pó de pedra e compactação mecânica;
- Reassentamento de blocos intertravados;
- Remoção e reassentamento de meio-fio de basalto ou concreto;
- Remoção e reassentamento de passeio público em basalto;
- Reconstrução de muro de pedra basáltica;
- Carga, transporte e movimentação de materiais;
- Fornecimento complementar de insumos quando necessário.

A finalidade da contratação é assegurar a manutenção e recomposição da malha viária urbana do Município de Garibaldi, garantindo condições adequadas de trafegabilidade, segurança, conservação do patrimônio público e melhoria da mobilidade urbana.



Serão beneficiados diretamente os usuários das vias públicas — motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres — e indiretamente toda a coletividade, por meio da preservação da infraestrutura urbana municipal.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade contínua de manutenção e recomposição das vias públicas pavimentadas em paralelepípedo de basalto e blocos intertravados no Município de Garibaldi, em razão do desgaste natural provocado pelo tráfego de veículos, pela ação das intempéries e pelas intervenções recorrentes em redes de drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A demanda encontra respaldo no Documento de Formalização de Demanda – DFD/SMO nº 005/2026 e no Estudo Técnico Preliminar – ETP/SMO nº 005/2026, que identificaram a recorrência de danos na malha viária urbana e a necessidade de contratação de empresa especializada para execução dos serviços.

Os registros administrativos, ordens de serviço anteriores e o histórico de intervenções demonstram que a manutenção da pavimentação constitui atividade permanente da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

A não contratação poderá acarretar:

- Agravamento das patologias existentes no pavimento;
- Aumento do risco de acidentes e danos a veículos;
- Comprometimento da mobilidade urbana;
- Elevação dos custos futuros de manutenção corretiva;
- Deterioração do patrimônio público municipal.

A contratação encontra fundamento nas competências municipais previstas no art. 30 da Constituição Federal, bem como na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento prévio, eficiência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Além disso, a contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações do Município e às políticas públicas municipais voltadas à manutenção da infraestrutura urbana e melhoria da mobilidade.



A execução regular desses serviços é indispensável para assegurar a continuidade das ações da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sendo a ausência do contrato fator potencial de comprometimento da política pública de conservação viária.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de repavimentação e manutenção corretiva da malha viária urbana do Município de Garibaldi, abrangendo intervenções em pavimentos de paralelepípedo de basalto e blocos intertravados de concreto, bem como alinhamento e reassentamento de meio-fio, reconstrução de muros de pedra e recomposição de passeios públicos em basalto.

Ao final da contratação, espera-se que os trechos indicados pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos estejam devidamente recompostos, com:

- Pavimento reassentado e compactado;
- Rejuntamento adequado;
- Meio-fio alinhado;
- Passeio público restaurado;
- Muros reconstruídos quando necessário;
- Área limpa e liberada ao tráfego com segurança.

A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, conforme necessidade identificada pela Administração. Não se trata de entrega única, mas de prestação contínua durante a vigência contratual.

Os serviços serão executados por equipes técnicas da contratada, compostas por profissionais habilitados e equipamentos adequados, devendo atender às especificações técnicas constantes na planilha orçamentária e composições baseadas no SINAPI.

A solução envolve integração com estruturas existentes, como redes de drenagem pluvial, sistemas de esgoto e infraestrutura urbana já implantada, exigindo compatibilidade técnica com as condições originais das vias.

Aspectos logísticos e operacionais relevantes incluem:

- Transporte de materiais conforme DMT médio apurado;
- Fornecimento complementar de insumos;



- Disponibilização de equipamentos mínimos exigidos;
- Sinalização adequada dos locais de intervenção;
- Execução simultânea em mais de um ponto da cidade, conforme demanda.

A solução adotada mostra-se a mais vantajosa e adequada, pois garante padronização técnica, responsabilização integral da contratada, continuidade da manutenção urbana e compatibilidade com os parâmetros orçamentários baseados no SINAPI.

Trata-se de serviço comum de engenharia, executado por demanda, com pagamento conforme medições efetivamente realizadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução dos serviços deverá observar padrões técnicos compatíveis com a natureza da obra, assegurando qualidade, segurança e conformidade com as normas vigentes.

A empresa a ser contratada deverá possuir objeto social compatível com a execução de serviços de pavimentação e manutenção viária, comprovado por meio do respectivo Ato Constitutivo, garantindo que a atividade econômica desenvolvida seja pertinente ao objeto contratado.

Considerando tratar-se de serviço de engenharia, será exigido registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em situação regular e com validade vigente. Da mesma forma, o responsável técnico indicado deverá possuir registro no respectivo conselho profissional, com visto no CREA-RS quando aplicável, assegurando a regularidade da responsabilidade técnica.

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando a execução de obra similar ao objeto da presente contratação, já concluída, contemplando, no mínimo, 6.000,00 m² de pavimentação em paralelepípedo.

A exigência do quantitativo mínimo correspondente a aproximadamente 50% do item de maior relevância técnica justifica-se pela necessidade de comprovação de experiência prévia compatível com o porte da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº



14.133/2021. Não será admitida a soma de atestados para atingir o quantitativo mínimo, a fim de demonstrar efetiva capacidade operacional da empresa em obra de dimensão semelhante.

O profissional detentor do atestado apresentado deverá integrar o quadro permanente da empresa na data da apresentação da proposta, mediante comprovação de vínculo formal, garantindo a efetiva disponibilidade técnica para acompanhamento da execução contratual. O referido profissional será o responsável técnico pela obra.

A empresa deverá declarar que dispõe dos equipamentos mínimos necessários à execução dos serviços, compreendendo, no mínimo, 1 (uma) retroescavadeira, 1 (um) rolo compactador liso e 1 (uma) placa vibratória, em condições operacionais adequadas. Tal exigência fundamenta-se na necessidade de escavação, reassentamento e compactação mecânica do pavimento, sendo indispensáveis para o cumprimento dos padrões técnicos previstos.

Igualmente, deverá declarar a disponibilidade de equipe mínima compatível com o volume estimado de serviços, composta por, no mínimo, 4 (quatro) calceteiros, 1 (um) servente e 1 (um) operador de máquina, considerando a possibilidade de execução simultânea em mais de um trecho da malha viária.

Os serviços deverão atender às especificações constantes na planilha orçamentária elaborada com base no SINAPI, ao memorial descritivo e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, bem como observar as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho.

A contratada será responsável pela adequada sinalização das áreas em intervenção, pela destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados e pela entrega dos trechos executados em condições seguras de uso.

Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses quanto à qualidade da execução, contados do recebimento definitivo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e por demanda, durante a vigência do contrato, conforme as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A emissão de ordem de início dos serviços marcará o início da execu-



ção contratual, a partir da qual a contratada deverá atender às solicitações encaminhadas pela fiscalização.

Não há cronograma físico-financeiro fixo, considerando que as intervenções dependerão da necessidade identificada pela Administração ao longo da vigência contratual. Os prazos para atendimento das demandas serão definidos pela fiscalização conforme a complexidade e extensão de cada intervenção.

Os serviços serão executados em diversas ruas do Município de Garibaldi/RS, em locais a serem indicados pela Administração ao longo da execução contratual. A execução ocorrerá exclusivamente no local da intervenção, não havendo nenhuma atividade remota.

Quanto ao horário, a execução deverá ocorrer preferencialmente em horário diurno, em consonância com as condições operacionais, segurança do trabalho e orientação da fiscalização, podendo haver ajustes conforme necessidade de tráfego e logística local.

A contratada deverá mobilizar, por sua conta e risco, toda a equipe, equipamentos, ferramentas, materiais e estrutura necessários para a execução, incluindo deslocamento até os locais indicados, sinalização, proteção e organização da área de intervenção.

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, com conferência dos quantitativos executados. As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, conforme os itens e unidades constantes na planilha orçamentária e anexos técnicos, servindo de base para o processamento do pagamento.

1. ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa deve comunicar ao fiscal do contrato o nome de um funcionário para fazer o gerenciamento da obra, receber as demandas e orientar tecnicamente os trabalhadores para execução do objeto;

b) A contratada terá o prazo de 5 dias úteis contados da comunicação do serviço para iniciar o reparo. Não cumprido o serviço dentro do prazo, a empresa sujeita-se as penalidades contratuais. Conforme aumento da demanda de serviços no município, a empresa deverá executar no mínimo duas ou três frentes de obra (reparos em dois ou três locais/bairros ao mesmo tempo).



c) A contratada deverá fazer relatório com todos os serviços executados no mês (modelo anexo), com data de início e fim, com localização, bairro, metragem executada, fotos com data de antes e depois do serviço e a justificativa do reparo (conserto de drenagem, reparos na pista etc). Esse relatório deverá ser entregue no formato.XLM (Excel). O pagamento dos serviços executados será mensalmente.

e) A empresa vencedora deverá cumprir as normas trabalhistas e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA

2.1 RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS

Retirada do paralelepípedo com retroescavadeira ou manual no local a ser pavimentado e verificar a capacidade de suporte do subleito. Caso necessário, remover o solo inservível.

O assentamento dos paralelepípedos deverá ser sobre colchão de pó de pedra de espessura de 10 cm, respeitando o abaulamento da pista existente. Caso seja necessária a reposição de pedras, a contratada deverá fornecer e transportar até o local da repavimentação. O rejuntamento dos paralelepípedos deverá ser com pó de pedra, esparramando uma camada máxima de 2,00 cm de espessura sobre o calçamento, sendo preenchido por meio de vassoura ou rodo. Por fim, em trechos com largura inferior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação dos paralelepípedos por meio de placa vibratória. Para trechos com largura superior a uma faixa de rolamento, a contratada deverá realizar a compactação por meio de rolo vibratório liso. Após a compactação, é realizado um novo lançamento de pó de pedra e remoção dos excessos.

O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços. O local só poderá ser entregue ao tráfego após a compactação final e verificação dos serviços pela contratante. O local da repavimentação deverá ser entregue completamente limpo, sem entulho algum resultante dos serviços.

O valor contratado engloba os esforços para remoção dos paralelepípedos, a preparação do colchão de pó de pedra, 10,00% de reposição de paralelepípedos devido a



perdas, reassentamento, rejuntamento e compactação.

O item pó de brita será medido em metros cúbicos (m³) compactados.

Considerando que a aquisição do material é realizada em toneladas de material solto, fica adotado o coeficiente de conversão de 1,60 t/m³. Assim, as toneladas apresentadas serão convertidas para metros cúbicos (m³) utilizando o coeficiente adotado. Para fins de comprovação e pagamento, a contratada deverá apresentar as respectivas notas fiscais de aquisição do material.

2.2 REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO

O valor contratado engloba os esforços de retirada, abertura de vala, realinhamento dos meios-fios de concreto ou basalto e o fornecimento de argamassa em cimento e areia para rejuntamento.

2.3 RECONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

Nos trechos em que os muros de pedra basáltica apresentarem danos decorrentes de colisões de veículos ou desprendimento de partes das faces, deverão ser removidas as pedras com possibilidade de reaproveitamento.

Após a retirada das partes danificadas, os muros serão reconstruídos em ambas as faces, mantendo as características originais, com reaproveitamento das pedras. O assentamento será executado com argamassa de cimento e areia média, no traço 1:6, devendo, após a secagem, ser removidos os excessos de argamassa.

O valor do serviço engloba a remoção, a reposição de pedras, a recolocação das pedras reaproveitadas, bem como o fornecimento e aplicação da argamassa. Os locais de intervenção serão definidos pela administração.

2.4 REASSENTAMENTO DE PASSEIO EM BASALTO

Retirar as pedras existentes, limpar a superfície de aplicação com vassoura, aplicar a camada de pó de pedra com cimento de 8 cm e assentar o piso de pedra, sempre checando o alinhamento existente. O traço da argamassa de rejuntamento é 1:3 (cimento e areia média). O valor contratado engloba os esforços de retirada, limpeza, assentamento das pedras e o fornecimento de argamassa em cimento/areia para



assentamento e rejuntamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Compete à contratada, sem prejuízo das demais obrigações legais e contratuais:

- a) Executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização;
- b) Mobilizar, por sua exclusiva responsabilidade, todos os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, transporte e mão de obra necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe até os locais indicados pela Administração;
- c) Manter equipe técnica qualificada e em número suficiente para atender à demanda, observando as exigências trabalhistas e previdenciárias vigentes;
- d) Cumprir integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-06, garantindo o fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- e) Manter todos os trabalhadores devidamente uniformizados, com vestimenta padronizada para trabalho externo, contendo identificação da empresa;
- f) Providenciar, às suas expensas, toda a sinalização necessária no local da intervenção, incluindo cones, cavaletes, iluminação, isolamento e demais dispositivos de segurança;
- g) Caso a execução do serviço ultrapasse um dia, instalar obrigatoriamente tela de sinalização do tipo cerquite, na cor laranja, ao longo da área de intervenção;
- h) Instalar placa no local da obra contendo nome da empresa e telefone para contato;
- i) Assumir integral responsabilidade por acidentes, danos a terceiros, danos ao patrimônio público ou privado e quaisquer prejuízos decorrentes da execução dos serviços;
- j) Entregar os trechos executados devidamente limpos, livres de entulho e resíduos provenientes da obra;
- k) Apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, contendo datas de início e término, localização, bairro, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois, em formato eletrônico editável (Excel);
- l) Refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas, defeitos ou patologias identificadas pela fiscalização, dentro do prazo estipulado pela Administração;



- m) Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos indiretos decorrentes da execução contratual;
- n) Garantir a qualidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Compete à Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:

- a) Designar formalmente o fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e atesto da execução dos serviços;
- b) Emitir as ordens de serviço com a indicação dos locais, extensão estimada e demais orientações necessárias à execução;
- c) Disponibilizar acesso aos locais de intervenção, garantindo que a contratada possa executar os serviços conforme solicitado;
- d) Prestar à contratada as informações técnicas e administrativas necessárias ao fiel cumprimento do objeto;
- e) Acompanhar a execução dos serviços, conferindo os quantitativos executados e verificando a conformidade com as especificações técnicas;
- f) Analisar e aprovar os relatórios mensais apresentados pela contratada;
- g) Realizar as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização;
- h) Efetuar o pagamento conforme as medições aprovadas, observados os prazos contratuais;
- i) Notificar a contratada, formalmente, em caso de irregularidades ou descumprimento contratual, para que promova as correções necessárias;
- j) Fornecer, quando necessário, informações sobre interferências existentes nas vias públicas, tais como redes de drenagem, água ou demais estruturas urbanas.

A Contratante não fornecerá mão de obra, equipamentos ou materiais para execução dos serviços, sendo tais responsabilidades integralmente da contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão exercidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, nos termos da Lei nº 14.133/2021,



mediante designação formal de fiscal do contrato, que será responsável pelo acompanhamento técnico da execução dos serviços.

A fiscalização será realizada de forma presencial, diretamente nos locais de intervenção, cabendo ao fiscal verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo. Compete ao fiscal acompanhar a execução, conferir os quantitativos executados, avaliar a qualidade técnica, registrar ocorrências, emitir notificações quando necessário e atestar as medições para fins de pagamento.

A gestão administrativa do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, responsável pelo controle de prazos, emissão de ordens de serviço, análise de relatórios, aplicação de penalidades e demais providências administrativas relacionadas à execução contratual.

A medição dos serviços será realizada conforme as unidades constantes na planilha orçamentária, considerando a natureza de cada item, tais como metro quadrado, metro cúbico, metro linear ou unidade. A aferição ocorrerá com base nos levantamentos realizados pela fiscalização no local da obra, confrontando-se os quantitativos executados com os registros apresentados pela contratada. Quando houver fornecimento de materiais medidos por conversão, a exemplo do pó de pedra, será exigida a apresentação das respectivas notas fiscais para comprovação.

A contratada deverá apresentar relatório mensal detalhado dos serviços executados, em formato eletrônico editável (Excel), contendo identificação do local, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução. Esses documentos integrarão o processo administrativo do contrato.

O acompanhamento da execução ocorrerá de forma contínua, podendo a fiscalização realizar inspeções diárias, semanais ou pontuais, conforme a complexidade do serviço e o volume de intervenções em andamento. A qualidade dos serviços será verificada por meio da análise do nivelamento do pavimento, compactação adequada, correto rejuntamento, alinhamento dos meios-fios, conformidade com o abaulamento existente, limpeza da área e observância das normas de segurança.



Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser refeitos às expensas da contratada. Em caso de falha, atraso ou não conformidade, a empresa será formalmente notificada para regularização no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas contratualmente.

Todos os registros relativos à execução, incluindo ordens de serviço, relatórios, medições, notificações e comprovantes fiscais, serão devidamente organizados e arquivados no processo administrativo correspondente. Poderão ser realizadas reuniões de alinhamento sempre que necessário, especialmente em situações que demandem ajustes operacionais ou aumento de frentes de trabalho.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será realizado de forma mensal, por demanda, com base nos quantitativos efetivamente executados e devidamente aprovados pela fiscalização, conforme unidades de medida constantes na planilha orçamentária.

Não haverá pagamento por disponibilidade de equipe ou por estimativa, sendo devido exclusivamente o valor correspondente aos serviços efetivamente executados e atestados.

A medição será realizada pela fiscalização técnica mediante verificação física no local da execução, conferência dos quantitativos apurados e análise do relatório mensal apresentado pela contratada. O relatório deverá conter identificação dos locais atendidos, bairro, datas de início e término, metragem executada, justificativa da intervenção e registro fotográfico antes e depois da execução.

Quando houver fornecimento de materiais cuja medição dependa de comprovação documental, como no caso de pó de pedra convertido de toneladas para metros cúbicos, o pagamento ficará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais de aquisição.

A Nota Fiscal deverá ser emitida após a aprovação da medição mensal pela fiscalização e deverá corresponder exatamente aos quantitativos atestados. O pagamento estará condicionado:

- Ao atesto formal do fiscal do contrato;
- À apresentação do relatório mensal completo;
- À conferência dos quantitativos executados;



- À regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Não há cronograma físico-financeiro fixo, considerando que a execução ocorrerá por demanda ao longo da vigência contratual.

O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas: provisoriamente, após a execução e verificação inicial pela fiscalização, e definitivamente, após a confirmação da conformidade técnica e ausência de pendências.

Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas não serão medidos nem pagos até sua regularização.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do prestador de serviços será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de engenharia, cujas especificações podem ser definidas de maneira objetiva, com base em parâmetros técnicos padronizados e composições do SINAPI.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, considerando o conjunto dos itens constantes na planilha orçamentária, em razão da interdependência técnica entre as etapas de execução e da necessidade de responsabilização integral da contratada pela qualidade e resultado final dos serviços.

Não será adotado o critério de técnica e preço, uma vez que o objeto não possui natureza predominantemente intelectual nem exige solução técnica singular, sendo amplamente executado por empresas do ramo da construção civil.

A habilitação exigirá comprovação de qualificação técnica compatível com o porte e complexidade dos serviços, incluindo apresentação de atestado de capacidade técnica referente à execução de pavimentação em paralelepípedo, conforme quantitativo mínimo definido neste Termo de Referência, bem como comprovação de registro da empresa e do responsável técnico no respectivo conselho profissional.

A modalidade e o critério adotados garantem ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.



HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- i)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida.
- j)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k)** Declaração de Idoneidade;



I) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02.

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b)** Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede do Licitante.
- e)** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).
- f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

Observação: O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a trinta (30) dias da data da apresentação do documento.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a)** Somente serão habilitadas as empresas que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo).
- b)** Registro e/ou Certificado de inscrição na entidade profissional competente, em nome da licitante, em vigor. (se não constar no CRF).



c) Comprovação de aptidão por meio de 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro em nome do profissional técnico de nível superior, pelo qual tenha sido contratado para a execução de obra similar ao objeto do presente certame e se tratar de obra já concluída. Não será permitida a soma de atestados, portanto, os quantitativos de serviços deverão ser atendidos por um único atestado, que deverá estar devidamente registrado na entidade profissional competente, em conformidade com o artigo 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/21. No atestado deverá constar discriminadamente os serviços componentes da obra, em particular as parcelas de maior relevância conforme tabela:

Item	Atividade/Serviço	Quant. mínima
1	Execução de pavimentação em paralelepípedo	6.000,00 m²

d) Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, da relação explícita dos equipamentos mínimos necessários para a execução das obras desta licitação:

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Retroescavadeira	1
Rolo compactador liso	1
Placa vibratória	1

Observação: Na apresentação da relação acima exigida, deverá ser informada a localização e operacionalidade desses equipamentos, declarando que os mesmos se encontram em operação e em condições de atender aos requisitos técnicos da obra.

e) Declaração formal, sob as penalidades cabíveis, com a relação mínima de 4 calceteiros, 1 servente e 1 operador de máquina.

f) A licitante deverá comprovar que o referido profissional detentor do atestado técnico, pertence ao seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes. Em se tratando de empregado, através de cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou Contrato particular de prestação de serviços em vigor, ou Termo de Compromisso e, no caso de sócio da empresa, será confirmado através do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social apresentado.

g) O Responsável Técnico deverá ser o profissional detentor do Atestado de Capacidade Técnica apresentado.



- h)** Certidão de registro do responsável, ligado ao objeto da presente Licitação, no CREA ou CAU, sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA-RS (Resolução nº 266/97, art. 4º, CONFEA).
- i)** Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com prazo de validade em vigor.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação corresponde ao montante global de R\$ 1.445.807,95 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme planilha orçamentária elaborada pela área técnica da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

A estimativa foi obtida por meio de orçamento completo, elaborado com base nas composições de custos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, considerando as referências vigentes à época da elaboração do orçamento.

Os valores unitários foram compostos a partir da discriminação de materiais, mão de obra, equipamentos e encargos sociais aplicáveis, acrescidos do BDI específico para serviços e materiais, conforme memória de cálculo e documentos técnicos que integram o processo administrativo.

O valor global estimado possui caráter referencial para fins de julgamento das propostas, sendo que a remuneração ocorrerá de forma parcelada, por demanda, com base nos quantitativos efetivamente executados e atestados pela fiscalização, conforme unidades constantes na planilha orçamentária.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente das aquisições ora pretendidas decorrerá da dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
U.O.: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
26.782.0069.2096.0000 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS
3.3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (1531)



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Garibaldi
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos



3.3.3.90.39.21.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS
(153121)

Documento assinado digitalmente
gov.br VITORIA BECKER TORRES
Data: 20/02/2026 16:17:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vitória Becker Torres
Coordenador Geral

Garibaldi, 20 de Fevereiro de 2026..

MIGUEL
BONADIMAN: 48293180072
48293180072

Assinado de forma digital
por MIGUEL
BONADIMAN:48293180072
Dados: 2026.02.20 16:17:27
-03'00'

Miguel Bonadiman
Secretário Municipal de Serviços Urbanos